



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em única Discussão
Por: unanimidade
Plenário: 23 / 02 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

12 SECRETARIA

Ata da Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período da Segunda Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, realizada no dia nove de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, o vereador **GERLANDE CASTRO (PP)**, vice-presidente do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou a sessão com o **GRANDE EXPEDIENTE. TEMPO DAS LIDERANÇAS**: O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** parabenizou a Mesa Diretora da Câmara, pela participação no diálogo realizado com representantes do movimento indígena que há 19 (dezenove) dias realizam protesto em defesa do Rio Tapajós e das populações tradicionais da região. Destacou que o diálogo é necessário, ressaltando que a Câmara de Santarém é uma Casa plural e democrática, que tem o dever de defender e respeitar todos os povos, assegurando o exercício pleno de seus direitos. Também mencionou ter protocolado um pedido de cassação do vereador Malaquias Mottin (PL), em decorrência de episódio ocorrido na última sexta-feira, quando o parlamentar citado teria atentado contra a integridade física dos manifestantes indígenas ao tentar ultrapassar uma barreira organizada pelo movimento. Informou que o pedido tem fundamento no artigo 16, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal, que prevê sanções a parlamentares que “faltarem com o decoro ou procederem de modo incompatível com a dignidade do Poder Legislativo”. Finalizou reiterando que a manifestação indígena é legítima e constitucional, reforçando seu apoio à causa e expressando confiança no trabalho da comissão responsável pela análise do pedido. A vereadora **ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** relatou que uma parte dos moradores do bairro Ipanema I foram atingidos por uma decisão judicial que determinou a retirada de construções localizadas na faixa de segurança da linha de transmissão de Tucuruí, conhecida como Linhão de Tucuruí. Afirmou ter visitado o local na última sexta-feira, constatando que as residências estão a poucos metros dos cabos de alta tensão, o que representa risco real à segurança dos moradores. Reconheceu que a decisão judicial é juridicamente correta, uma vez que a concessionária de energia tem o dever de zelar pela integridade das pessoas e pela segurança das instalações elétricas. Contudo, alertou que situações como essa revelam falhas no ordenamento fundiário municipal. Segundo ela, muitas ocupações espontâneas ocorrem em áreas privadas ou inadequadas, e acabam posteriormente recaindo sobre o poder público, que precisa intervir quando o conflito já está judicializado. Diante disso, informou ter protocolado uma indicação ao prefeito municipal e à Secretaria de Habitação (SEHAB), propondo a criação de um núcleo de acompanhamento e monitoramento das ocupações irregulares. Frisou que o objetivo é que o município tenha levantamentos atualizados, dados precisos e capacidade de agir preventivamente, evitando que decisões judiciais surpreendam famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, anunciou ter feito uma segunda indicação ao governo municipal, sugerindo a formação de uma comissão específica para acompanhar as ações da empresa Águas do Pará (antiga AEGEA), responsável pelos serviços de saneamento básico e esgotamento sanitário de Santarém. O grupo teria a função de monitorar as metas e o cumprimento dos compromissos contratuais da concessionária, garantindo transparência e eficiência no serviço prestado à população. A vereadora **IVANIRA FIGUEIRA (PSD)** afirmou que, nos últimos dias, ao se posicionar em defesa do movimento de preservação do Rio Tapajós, tem acompanhado comentários ofensivos e desrespeitosos direcionados às pessoas que participam da mobilização. Segundo ela, essas críticas partem, em sua maioria, de quem não conhece a realidade das comunidades ribeirinhas e indígenas e não compreende a complexidade da situação vivida na região. Ressaltou que ninguém está no movimento por conforto ou interesse político, mas por convicção e necessidade de defender o direito de continuar existindo. Observou que os manifestantes estão há semanas enfrentando condições difíceis, como falta de alimentação adequada, exposição ao sol e à chuva, e distância de suas famílias. Destacou que o movimento não é ideológico nem partidário, e sim uma luta pela preservação de um bem comum, o rio, e que o impacto ambiental da dragagem afetará toda a sociedade no futuro. Manifestou-se contrária a qualquer tentativa de deslegitimar o movimento, afirmando que o direito à manifestação é constitucional e que a sua função é justamente provocar reflexão, chamar a atenção do poder público e denunciar injustiças. Também enfatizou que os



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

povos indígenas exercem um direito histórico, legítimo e constitucional, anterior à formação do próprio Estado brasileiro, e que por muito tempo foi ignorado ou violado. A vereadora convidou os colegas parlamentares que ainda não visitaram o local da manifestação a conhecer e apoiar o movimento, reforçando que os indígenas e ribeirinhos lutam não apenas por si, mas por toda a sociedade santarena. Ela repudiou as ofensas e estigmas dirigidos aos manifestantes indígenas, defendendo sua dignidade e compromisso com a preservação ambiental. Reafirmou que não é contra o desenvolvimento, mas sim contra a destruição dos rios Tapajós e Arapiuns, e concluiu defendendo a revogação do decreto nº 12.600, por entender que ele ameaça a vida e a sobrevivência das comunidades tradicionais. O vereador **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** abordou também o tema referente a manifestação dos povos indígenas em defesa do Rio Tapajós, destacando que essa mobilização não começou recentemente, mas é resultado de uma reivindicação antiga das comunidades tradicionais, que já vinha sendo discutida em instâncias nacionais e internacionais. Afirmou que a pauta foi levada pelos indígenas à COP 30, ocasião em que, segundo ele, houve promessas do governo federal de revogação do decreto nº 12.600, o que não se concretizou. De acordo com o vereador, os indígenas interromperam o protesto anterior e retornaram aos seus territórios confiando no diálogo, mas acabaram enganados pelo governo federal, que agora resiste em atender às reivindicações. Classificou o decreto como “absurdo” e observou que ele não atende nem ao setor produtivo nem às comunidades tradicionais e ribeirinhas, gerando prejuízos econômicos e sociais para a região do Oeste do Pará. Também relacionou o tema à questão da infraestrutura nacional, afirmando que o governo federal tem privilegiado o estado do Mato Grosso na duplicação e privatização da BR-163, com investimentos de R\$ 15 bilhões em 245 km de rodovia, enquanto o trecho de cerca de 30 km que passa por Santarém permanece sem pavimentação e sem manutenção adequada, o que, segundo ele, isola economicamente o município e a região. Ressaltou que a hidrovía e a dragagem do Rio Tapajós, propostas no decreto, fazem parte de uma estratégia que desconsidera os impactos ambientais, sociais e econômicos sobre as comunidades locais, comprometendo a identidade e a sustentabilidade do território. Afirmou ainda que a situação revela uma tentativa do governo federal de enfraquecer a economia regional, retirando de Santarém e do Oeste do Pará o protagonismo logístico e portuário. Ressaltou que o tema vem sendo tratado com descaso e sem diálogo com os povos tradicionais e ribeirinhos, que, segundo ele, foram ignorados tanto nas decisões quanto nas discussões oficiais da COP. Por fim, parabenizou a mobilização indígena, alertando que a questão é muito mais séria e ampla do que aparenta, e defendeu uma reação firme do governo estadual e dos parlamentares paraenses diante do que classificou como um projeto que ameaça o equilíbrio ambiental e econômico da região. O vereador **ALBERTO PORTELA (UNIÃO BRASIL)** destacou inicialmente seu apoio ao movimento dos povos indígenas e tradicionais, que há 19 dias realizam uma manifestação em defesa do Rio Tapajós. Observou que a mobilização surge como reação ao decreto federal nº 21.600, o qual, segundo ele, foi elaborado sem consulta pública e sem ouvir as populações diretamente afetadas. Ressaltou que os povos originários sempre mantiveram proximidade com o governo federal, mas, neste caso, têm demonstrado independência e coragem ao se posicionar contra uma medida que ameaça o meio ambiente e os direitos coletivos. Declarou apoio à causa, afirmando que “o rio não se privatiza, o rio se cuida”, e alertou para o risco de entregar o Tapajós a interesses desconhecidos e sem transparência, lembrando que a região abriga o maior aquífero do mundo, nas proximidades de Alter do Chão. Em seguida, abordou outro tema: as eleições para diretores e coordenadores das escolas da rede municipal de ensino, realizadas na última sexta-feira. Relatou ter acompanhado o processo em diversas unidades e elogiou a consulta pública feita junto à comunidade escolar, destacando a importância de promover a participação democrática na gestão educacional. Comentou que o processo eleitoral permitiu que a comunidade avaliasse os planos de trabalho dos candidatos, e observou que muitos concorrentes realizaram campanhas intensas e criativas, com visitas domiciliares, panfletagem e uso de carros e motos de som. O vereador, contudo, lamentou a ocorrência de ataques pessoais e profissionais entre alguns participantes, alertando para a necessidade de manter o respeito e a ética durante os pleitos, mesmo



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

em disputas de menor escala, como as da gestão escolar. Parabenizou todos os diretores e coordenadores eleitos, ressaltando que a partir do dia 26 todos assumirão oficialmente suas funções, com o compromisso de garantir uma gestão eficiente e de qualidade nas unidades escolares. Encerrou parabenizando a gestão municipal pelo trabalho na área da educação, que, segundo ele, alcançou recorde histórico de matrículas em 2026, contemplando desde a educação infantil até o ensino fundamental, e reforçou que esse avanço reflete o reconhecimento da sociedade santarena ao esforço da administração pública. O vereador **ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)** registrou que, na manhã do mesmo dia, agentes comunitários de saúde e agentes de endemias realizaram uma manifestação no hall da Prefeitura de Santarém, reivindicando o pagamento do 14º salário. Explicou que esse benefício é referente a um incentivo financeiro repassado pelo governo federal, destinado a custear, além da remuneração dos profissionais, a aquisição de uniformes, equipamentos de proteção individual, instrumentos de trabalho, capacitações e outras despesas diretamente relacionadas ao desempenho das atividades dos agentes. Segundo informações repassadas pela Procuradoria Jurídica do Município, o pagamento do 14º salário só poderia ser realizado mediante previsão legal específica, por meio de lei municipal ou decreto, de modo a garantir segurança jurídica à despesa. Destacou que não há, até o momento, legislação vigente que autorize tal pagamento, seja no atual governo ou em gestões anteriores. Ele esclareceu que o município, tradicionalmente, utiliza os recursos do incentivo federal para melhorar as condições de trabalho dos agentes, assegurando infraestrutura adequada ao exercício das funções. O vereador informou ainda que o prefeito não pôde receber o grupo no mesmo dia, em razão de uma agenda previamente marcada com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), mas que já agendou uma reunião com as lideranças do movimento, para dialogar sobre o tema e discutir alternativas relacionadas ao repasse do incentivo. Concluiu afirmando que, embora não haja amparo legal para o pagamento do 14º salário, o governo municipal continuará empenhado em valorizar e fortalecer o trabalho dos agentes comunitários de saúde e de endemias, garantindo condições adequadas para o desempenho de suas atividades e a continuidade dos serviços prestados à população. O vereador **GERLANDE CASTRO (PP)** justificou sua ausência na sessão de abertura dos trabalhos legislativos, informando que esteve em viagem ao Hospital de Amor, em Porto Velho (RO), onde realiza tratamento de saúde, apesar disso, esteve acompanhando as sessões remotamente. Em seguida, manifestou apoio ao movimento dos povos indígenas que protestam contra a dragagem e a privatização do Rio Tapajós, destacando a postura cidadã e responsável dos manifestantes. Ressaltou que a maioria das lideranças indígenas envolvidas no movimento apoiou o presidente Lula nas eleições, mas, ainda assim, mantém coerência e independência política ao se posicionar contra uma medida que julgam prejudicial à região. Ele elogiou a liderança do movimento, representada por Lucas Tupinambá, e afirmou que o protesto demonstra que a mobilização não busca interesses pessoais, mas sim a defesa coletiva do município e da região do Oeste do Pará. Também criticou a atuação da empresa Cargill, afirmando que sua instalação em Santarém gerou destruição ambiental e pouco retorno social ou econômico para a população local, beneficiando apenas um pequeno grupo. Segundo o vereador, o mesmo risco ameaça o Rio Tapajós caso a dragagem seja implementada. Declarou que não esteve presente fisicamente no local da manifestação devido ao tratamento médico e ao deslocamento, mas reafirmou seu apoio e solidariedade à causa, comprometendo-se a participar das mobilizações futuras. Finalizou fazendo uma reflexão sobre o cenário político local e o comportamento dos parlamentares, e que, portanto, cada mandato deve ser exercido com responsabilidade, prudência e coerência. Criticou o clima de polarização entre os vereadores Malaquias Mottin e Biga Kalahare, afirmando que o embate público entre posições políticas pode gerar desgaste institucional e prejudicar a imagem coletiva do Legislativo. Concluiu aconselhando os parlamentares a evitarem conflitos desnecessários e priorizarem a harmonia e o diálogo. O vereador **ALEXANDRE MADURO (MDB)** destacou a satisfação de retornar à tribuna no início do ano legislativo de 2026. Em seguida, tratou de demandas da região do Aritapera, enfatizando a necessidade de reformas e ampliações nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do centro da



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

comunidade e da Cabeça do Aritapera, além da construção de uma nova escola na comunidade Santíssima Trindade. Solicitou também investimentos em sistemas de abastecimento de água potável, destacando a contradição de os ribeirinhos viverem sobre a água, mas ainda enfrentarem escassez de água própria para consumo humano. Afirmou que essas pautas têm sido trabalhadas de forma conjunta com o presidente da Câmara, defendendo que o trabalho coletivo e o diálogo institucional são fundamentais para garantir avanços e melhorias para a população da região. Abordou ainda o decreto do Governo Federal que prevê a desestatização e dragagem de hidrovias nacionais, incluindo o Rio Tapajós, manifestando apoio às manifestações indígenas e ribeirinhas que ocorrem no município. Segundo ele, a medida não foi discutida com a sociedade, nem acompanhada de estudos de impacto ambiental ou planos de compensação, o que torna o processo precipitado e preocupante. Defendeu a busca de alternativas logísticas sustentáveis, citando a Ferrogrão como projeto prioritário para o escoamento da produção agrícola entre o Mato Grosso e o Pará. Ele lembrou que integra a Frente Parlamentar Interestadual que discute a viabilidade da obra, ressaltando que a ferrovia reduziria o tráfego de carretas na BR-163, diminuindo acidentes e problemas sociais, como a exploração infantil e sexual nas margens da rodovia. Destacou que o porto de Santarém apresenta condições mais adequadas para o escoamento da produção, tendo resistido melhor às estiagens recentes em comparação com o porto de Miritituba, e defendeu que a cidade seja incluída na rota estratégica da Ferrogrão, de modo a garantir compensações econômicas e sociais aos municípios impactados. Ao concluir, reiterou apoio às manifestações pacíficas em defesa do Rio Tapajós, mas criticou a ocupação de empresas privadas, lembrando que a legislação não permite o impedimento de ir e vir de terceiros. Por fim, responsabilizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela atual situação, afirmando que o decreto de desestatização foi assinado por sua gestão e que o governo federal deve rever o ato e abrir diálogo com a região afetada. **TEMPO DAS BANCADAS:** A vereadora Enf. **ALBA LEAL (MDB)** manifestou apoio e respeito ao movimento indígena que ocorre no município, afirmando que a mobilização não defende apenas os povos originários, mas toda a população santarena, em especial a que vive nas margens dos rios. Em seguida, informou ter protocolado requerimentos e indicações junto à Mesa Diretora, contemplando ações voltadas à educação, saúde e infraestrutura das comunidades da região do Lago Grande. Entre as solicitações, destacou: construção de quadras cobertas nas comunidades Vila Nova do Uruari, São Pedro do Uruari e Lírio dos Vales; reforma e ampliação da escola da comunidade São Pedro do Uruari; construção de uma nova escola na comunidade de Membeca, que já dispõe de terreno definido para a obra, considerando o avanço do fenômeno das terras caídas na região. Na área da saúde, solicitou à Secretaria Municipal de Saúde a aquisição de ambulâncias para as comunidades Santarém-Miri, Paissandu, Arapixuna, Inanu e São Pedro do Uruari, ressaltando que muitos veículos se encontram sucateados e que os novos equipamentos poderiam ser viabilizados por emendas parlamentares. Também apresentou pedido de manutenção geral das ruas do distrito de Curuai, que, segundo ela, encontram-se em condições intrafegáveis, agravadas pelo período chuvoso. Solicitou ainda a presença de maquinários no Médio Lago, enfatizando que as ações de recuperação têm se concentrado no Alto e no Baixo Lago, deixando o Médio Lago em desvantagem. Cobrou, igualmente, intervenções na vicinal que dá acesso ao distrito de Curuai e na PA-257 (Translago), reforçando a necessidade de manutenção periódica e asfaltamento da rodovia. Informou que, no dia 27 de fevereiro, será realizada audiência pública organizada pela Mesa Diretora, com a presença de deputados estaduais e federais, para debater as condições da PA-257 e buscar soluções conjuntas com os municípios de Santarém e Juruti. Por fim, solicitou a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) de Curuai, afirmando que o espaço atual é insuficiente para atender cerca de 10 mil habitantes do distrito e comunidades vizinhas. Por fim, reafirmou o compromisso de continuar trabalhando em prol da melhoria da qualidade de vida da população do Lago Grande. O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** utilizou o tempo de bancada para dar continuidade à sua manifestação, ressaltando a importância da execução da Lei Municipal nº 22.768/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de campanhas publicitárias educativas de combate e prevenção à



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

pedofilia, à violência e à exploração sexual contra crianças e adolescentes em eventos realizados pelo município de Santarém. Destacou que, embora a lei tenha sido aprovada em 4 de novembro de 2025, ainda não foi executada, e fez um apelo ao prefeito José Maria Tapajós para que determine a imediata implementação da campanha, especialmente durante o período do Carnaval, momento em que há maior exposição de crianças e adolescentes. Alertou sobre o aumento alarmante de casos de tráfico de crianças, exploração sexual e pedofilia, amplamente divulgados nas redes sociais, e defendeu que o Poder Executivo adote uma política intersetorial, com a participação das Secretarias de Cultura, Saúde e Turismo, visando intensificar as ações de prevenção e conscientização. Também criticou a omissão de alguns responsáveis, afirmando que há pais e mães que negligenciam o cuidado com os filhos, permitindo que crianças fiquem vulneráveis em espaços públicos sem supervisão. Em seguida, defendeu a inclusão urgente da educação sexual nas escolas municipais, esclarecendo que o objetivo não é incentivar práticas sexuais, mas proteger as crianças contra abusos, ensinando-as a reconhecer situações de risco e a distinguir quem pode ou não ter contato físico com elas. Segundo ele, as escolas são ambientes fundamentais de acolhimento e proteção, sendo muitas vezes as primeiras instituições a identificar casos de violência sexual. Anunciou que apresentará indicação ao Poder Executivo propondo a formalização de um pacto municipal entre as secretarias responsáveis e o Conselho Tutelar, com ações educativas, campanhas e orientações nas unidades escolares, especialmente durante festas e eventos públicos. Concluiu reiterando o pedido de atuação urgente do governo municipal para fortalecer a rede de proteção à infância e à adolescência e garantir que a lei aprovada em 2025 saia do papel e seja efetivamente aplicada. Em seguida, cedeu o restante de seu tempo de bancada ao presidente Jander Ilson Pereira. O vereador **JANDER ILSON PEREIRA (UNIÃO BRASIL)** relatou as audiências realizadas em Brasília juntamente com o vereador Alexandre Maduro, o deputado federal Henderson Pinto, o prefeito José Maria Tapajós, o secretário de Governo Nélio Aguiar, e representantes de várias entidades ligadas à pesca, vereadores de outros municípios como de Curuá, Prainha, Óbidos e Monte Alegre, e representantes do Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (Mopeban), e o presidente da Colônia Z-20. Segundo o vereador, foram realizadas duas reuniões importantes, uma no Ministério do Trabalho e outra no Ministério da Pesca, com o objetivo de debater as dificuldades enfrentadas pelos pescadores para acessar o Seguro Defeso. Na reunião com o Ministério do Trabalho, o grupo questionou os novos critérios impostos pelo Governo Federal, especialmente a entrevista obrigatória e a exigência da REAP 2025 (Relatório de Atividade Pesqueira), que, segundo ele, burocratizaram o processo e atrasaram o pagamento do benefício. Ressaltou que o governo já possui as informações necessárias por meio dos relatórios anteriores e criticou a falta de sensibilidade das autoridades, que, em sua visão, não compreendem a realidade das comunidades ribeirinhas, onde muitos pescadores não possuem celular, internet ou meios para preencher formulários on-line. Informou que, após as reivindicações, o Governo Federal se comprometeu a revisar as normas e garantiu que o pagamento do Seguro Defeso será iniciado na segunda quinzena de fevereiro, após o carnaval, para os pescadores que já concluíram o cadastro da REAP. Na audiência com o Ministério da Pesca, presidida pelo ministro André de Paula, o grupo pediu uma intervenção direta da pasta para reduzir a burocracia imposta pelo Ministério do Trabalho. Ressaltou que o Ministério da Pesca tem o dever de defender os pescadores e assegurar o acesso a seus direitos. Também relatou reunião realizada em Santarém com o prefeito José Maria Tapajós e representantes de sete comunidades da região do Ituí e da Várzea, durante a qual foram apresentadas demandas locais, incluindo o pedido de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para atender cerca de nove comunidades ribeirinhas, uma reivindicação histórica de mais de 40 anos. Informou que uma visita técnica está agendada para o dia 5, com a presença do prefeito e secretários municipais, para definir o local da obra. Também mencionou outras demandas das regiões de Várzea, como a construção de uma nova escola e a ampliação do acesso à água potável, reconhecendo o empenho do Executivo em atender as necessidades apresentadas. Por fim, manifestou apoio ao movimento indígena em defesa do Rio Tapajós, reconhecendo a legitimidade e a postura pacífica dos manifestantes. Ele relatou a reunião



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ocorrida no Plenarinho da Câmara, com a presença de sete vereadores, e destacou que os indígenas estão há 19 dias mobilizados em defesa do rio e das populações ribeirinhas. Afirmou que o movimento não é contra o desenvolvimento, mas contra a destruição ambiental e a falta de diálogo do Governo Federal, que assinou o decreto de dragagem do Rio Tapajós sem consulta pública. Ele anunciou que buscará articular a participação da Colônia de Pescadores Z-20 no movimento, considerando que muitos pescadores sobrevivem diretamente dos recursos do rio. Concluiu declarando que, embora costume defender o Governo Federal em diversas pautas, neste caso apoia integralmente os povos indígenas e as comunidades ribeirinhas, defendendo o meio ambiente, o diálogo e o respeito à vida no Tapajós. Concluído o Grande Expediente, passou-se para a **Primeira Parte da Ordem do Dia** com a votação da ata do dia 03 de fevereiro de 2026, (documento enviado anteriormente aos e-mails dos senhores vereadores) que foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, houve a leitura dos **EXPEDIENTES RECEBIDOS**: CONVITE - A prefeitura de Santarém encaminha o convite para cerimônia de premiação do termo de aceite política pública de tarifa social de energia elétrica, implementado pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, em decorrência do termo de cooperação técnica firmado entre a Equatorial Energia do Pará e o governo do estado em 22 de novembro de 2022. A entrega acontecerá no dia 10 de fevereiro de 2026, terça-feira, às 9 horas, no auditório da Equatorial Energia. MEMO. 003/2026 – GAB. Ver. enfermeiro Joziel Colares (PRD) - Assunto: Justificativa de ausência na sessão ordinária do dia 9 e 10 de fevereiro de 2026, em razão do cumprimento de agenda oficial na capital do estado. MEMO. 011/2026 – GAB. Ver. Enf. Murilo Tolentino (PRD) - Assunto: justificativa de ausência do vereador nas sessões do dia 9 e 10 de fevereiro por motivo de agenda e reunião previamente agendada em Belém na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. MEMO. 058/2026 – GAB. Ver. Malaquias Motim (PL) – Assunto: justificativa de ausência do vereador nas sessões ordinárias do dia 9 de fevereiro de 2026, por estar em atividade externa. MEMO. 09/2026 – GAB. Ver. Júnior Tapajós (MDB) - Assunto: justificativa de ausência do vereador na sessão ordinária do dia 9 de fevereiro de 2026, em razão do parlamentar encontrar-se em Belém, Pará, cumprindo compromissos previamente agendados. *A seguir, foram encaminhados às comissões pertinentes*: 04 projetos de terras, de autoria do Poder Executivo. Projeto de lei /2026, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que institui a semana de competição de soluções tecnológicas no âmbito do município de Santarém, a ser realizado anualmente e dá outras providências. Projeto de lei/2026, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que assegura a prioridade às pessoas com acromatose, albinismo, na marcação de consultas e no atendimento por médicos especialistas em dermatologia e oftalmologia no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. Projeto de lei/2026, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que institui a campanha permanente em prol da vida e da conscientização antiaborto, no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. TRABALHOS ACATADOS: Pedidos de Informação 01, 14 e 15/2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL); Pedidos de Informação 02, 03, 16/2026, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD); Pedido de Informação 04/2026, de autoria do vereador Elielton Lira (PDT); Pedidos de Informação 05 a 13/2026, de autoria do vereador David Paiva (REPUBLICANOS). Em seguida, transcorreu-se para **Segunda Parte da Ordem do Dia** com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS**: Moção de Aplausos 06/2026, de autoria da vereadora Ivanira Figueira (PSD); Moção de Aplausos 05/2026, de autoria do vereador Alberto Portela (União). Em seguida, entrou em votação as matérias em pauta, aprovando-se: requerimento 01/2026, de autoria da Mesa Diretora; em sequência, aprovou-se a inversão em pauta ao requerimento 69/2026, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que, posteriormente, foi aprovado por unanimidade. Em continuidade, aprovou-se: requerimentos 02, 03 e 04/2026, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT); Indicações 01 a 04/2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL); requerimento 071/2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL); Indicações 05, 06, 07 e 16/2026, de autoria da vereadora Ivanira Figueira (PSD); requerimentos 08, 09 e 10/2026, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD); requerimentos



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

11 a 21/2026, de autoria do vereador Alberto Portela (União); Indicação 017/2026, de autoria do vereador Alberto Portela (União); Indicações 18 a 22/2026, de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB); requerimentos 22 a 26/2026, de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB); requerimento 27/2026, de autoria do vereador Urias Pingarilho (MDB); requerimentos 28 a 34/2026, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS); requerimentos 35 a 41/2026, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB); requerimentos 49 a 53, 66 e 67/2026, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB); requerimentos 54, 55, 56/2026, de autoria do vereador Elielton Lira (PDT); Indicação 26, 27/2026, de autoria do vereador Elielton Lira (PDT); Indicações 28 a 32, 41/2026, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD); requerimento 70/2026, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD); Indicações 33, 34 e 35/2026, de autoria do vereador Erlon Rocha (MDB); requerimentos 57 a 62/2026, de autoria do vereador Erlon Rocha (MDB); requerimentos 63, 64, 65/2026, de autoria do vereador Mano Dadai (PSB); Indicações 36 a 40/2026, de autoria do vereador Mano Dadai (PSB). Concluído a pauta, o presidente **GERLANDE CASTRO (PP)** agradeceu a presença de todos e deu por encerrado os trabalhos convidando a todos para a próxima sessão. VEREADORES PRESENTES: **ALAÉRCIO MAGALHÃES CARDOSO (PSD); ALBERTO PORTELA DE SOUSA (UNIÃO BRASIL); ALEXANDRE ALMEIDA MADURO (MDB); ANDREO MARCEO DOS SANTOS RASERA (PL); ELIELTON RÊGO LIRA (PDT); ELITA BELTRÃO DE FREITAS (REPUBLICANOS); ERLON PEREIRA ROCHA (MDB); IVANIRA DE SOUSA FIGUEIRA (PSD); JANDER ILSON RÊGO PEREIRA (UNIÃO BRASIL); JOSÉ ERASMO MAIA COSTA (UNIÃO BRASIL); BIGA KALAHARE - MÁRCIO ÁDAMOS LIMA SILVA (PT); ENF. ALBA LEAL - MARIA ALBANICE LEAL DIAS (MDB); RENILSON VINTE - RENILSON MARINHO ALVES (PSD); SÉRGIO DOS SANTOS PEREIRA (PP); URIAS PAULO PINGARILHO CASTRO (MDB); MANO DADAI - YANGLYER GLAY SANTOS MATTOS (PSB); BÁRBARA LUZIA DE OLIVEIRA MATOS (PP); DAVID PAIVA - DAVID VIANA DE ABREU (REPUBLICANOS); GERLANDE CORRÊA CASTRO (PP).** VEREADORES AUSENTES COM JUSTIFICATIVA: **JOSÉ MARIA JÚNIOR PEREIRA TAPAJÓS (MDB), ENF. MURILO TOLENTINO - MURILO JOSÉ TOLENTINO DE MATOS (PRD); ENF. JOZIEL - JOZIEL MARQUES COLARES (PRD); MALAQUIAS - MALAQUIAS JOSÉ MOTTIN (PL).** E, para constar, mandou lavrar a ata, que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Gerlande Castro
1º VICE - PRESIDENTE


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.ª Alba Leal
1ª SECRETARIA


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.º Joziel Colares
2º SECRETARIO